

## No reverso da mídia: a transexualidade em narrativas de (re)construção identitária

*In the reverse of the media: transsexuality in narratives of identity (re)construction*

Robéria Nádia ARAÚJO NASCIMENTO<sup>1</sup>

### Resumo

Trata-se de uma análise contextual sobre o fenômeno da transexualidade, derivada de uma pesquisa em curso que considera os aportes teóricos de alteridade (BHABHA, 2005), identidade (HALL, 2004) e estigmas (GOFFMAN, 1988). O texto notabiliza as vozes de transexuais masculinos e femininos a partir de suas narrativas (MEDINA, 2003; ALVES, 2008), ao mesmo tempo em que produz uma reflexão sobre os tratamentos midiáticos concedidos à problemática.

**Palavras-chave:** Transexualidade. Representações sociomidiáticas. Identidades de gênero.

### Abstract

*It is a contextual analysis on the phenomenon of transsexuality, derived from an ongoing research that considers the theoretical contributions of alterity (BHABHA, 2005), identity (HALL, 2004) and stigmas (GOFFMAN, 1988). The text highlights the voices of male and female transsexuals from their narratives (MEDINA, 2003; ALVES, 2008), while at the same time producing a reflection on the mediatic treatments given to the problem.*

**Keywords:** *Transsexuality. Social media representations. Gender identity.*

### Introdução

As balizas dos Estudos Culturais fundamentam estas proposições buscando ratificar a interdisciplinaridade da comunicação no cruzamento com questões de cunho socioantropológico. A intenção é expor processos de (re) construções identitárias de sujeitos transexuais, apropriando-se de suas falas, para propor uma reflexão sobre a

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2001). Professora Associada do curso de Jornalismo (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores (PPGFP/UEPB).

temática e, ao mesmo tempo, observar os tratamentos midiáticos concedidos à diversidade sexual.

Na concepção de Hall (2004), a construção das identidades resulta das experiências culturalmente compartilhadas e das negociações de sentidos entre os indivíduos, assim como as diferenças são (re) criadas por intermédio dos sistemas de representação social. Sob essa lógica, identidade é um conceito que precisa ser entendido no plural, pois os sentimentos identitários derivam de performances marcadas pela impermanência e inacabamento que transformam os modos de percepção de si nas diversas trocas simbólicas do tecido cultural. Nesse contexto de intercâmbio e pluralidade, as diferenças identitárias, que incidem nas subjetividades trans, também se mostram instáveis e assimétricas, revelando as transições da historicidade contemporânea.

Se a identidade e a diferença são concepções moveáveis, frutos de dinâmicas simbólicas e discursivas cambiantes, Silva (2008) propõe que tanto uma categoria quanto a outra possuem naturezas flexíveis, em razão das relações sociais que as redimensionam. Nesse processo, a atribuição de sentidos aos sujeitos guarda estreita vinculação com distinções hierárquicas: incluir/excluir (estes pertencem; aqueles, “não”), demarcar fronteiras (nós e “eles”), adjetivar (bons e “maus”), normalizar (somos “normais”, eles, “não”), como se fosse possível, nas palavras do autor, existir uma identidade social sem costuras.

No limiar dos pressupostos teóricos sugeridos nosso interesse, recai sobre as identidades de gênero, com ênfase na transexualidade, para focalizar experiências significativas e intersubjetivas dos personagens aqui apresentados. Assim, a presente abordagem parte das expressões de sociabilidade das minorias sexuais, articulando dados de uma pesquisa em curso<sup>2</sup> que nos aproximou do referido contexto.

---

<sup>2</sup> O estudo, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa *Comunicação, Cultura e Desenvolvimento*, do Departamento de Comunicação Social da UEPB, verifica o tratamento midiático concedido à diversidade de gêneros e investiga as representações da sexualidade/transsexualidade no âmbito das Igrejas Inclusivas na Paraíba.

O recorte teórico-empírico forjado nos diálogos com os participantes do estudo fazem avançar a compreensão da diversidade de gênero. Na sequência, a racionalidade metodológica contempla uma revisão de literatura sobre a transexualidade com o objetivo de clarificar as narrativas dos sujeitos pesquisados. Dessa forma, a incursão analítico-conceitual se expande com a noção de estigmas (GOFFMAN, 1988), para iluminar as falas de transexuais masculinos e femininos, na tentativa de delinear os contornos de suas alteridades (BHABHA, 2005).

O que os sujeitos trans têm a dizer sobre suas vidas e seus desafios? Torna-se oportuno dar voz ao grupo a fim de pensar as implicações das suas reconstruções identitárias por meio dos relatos de transição sexual. As falas nos levaram a inferir que as representações midiáticas em torno das sexualidades dissidentes parecem reproduzir as polarizações e os lugares hegemônicos sociais, nos quais os segmentos sexualmente discriminados são afetados pelo silenciamento.

### **As dimensões de gênero e as representações da transexualidade**

A compreensão do universo trans requer uma análise das representações sociais que incidem na construção identitária de gênero. Vários autores enfrentam a complexidade de discutir o que “representa o mundo social” entrelaçando o viés socioantropológico de seus estudos com o campo da comunicação, como fazem, entre outros, Martín-Barbero (2009), Maffesoli (2005) e Bourdieu (2009), aqui contemplados. Seus esquemas interpretativos nos permitem imaginar a possibilidade de uma agenda midiática planejada para a superação de discriminações sociais relacionadas ao âmbito das sexualidades.

Entretanto, torna-se pertinente, a princípio, situar as representações como polissêmicas, em virtude da pluralidade de expressões e significados que permeiam os fenômenos do mundo social. Nesse sentido, Moscovici (1978) esclarece que a concepção de representação social não pertence a uma única área de conhecimento, pois sua origem vincula-se tanto à sociologia quanto à psicologia. Como consequência,

quando nos referimos às representações articulamos ideias que se intercambiam com a ideologia, a cultura, a imagem e o pensamento, convertendo-as num conceito “psicossocial” e interativo que solicita a percepção da sua pluralidade e intencionalidade.

Nesse horizonte, a realidade do ato de representar é compartilhada pela comunicação de indivíduos interagentes que atribuem sentidos às coisas do mundo. Em suma, a representação se apropria do adjetivo “social” “por sua função de elaboração de comportamentos e de comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). Assim, não há representação social sem objeto e sem um sujeito social, coletivo ou individual, pertencente a um determinado grupo que lhe atribua sentidos. A representação social, portanto, não é apenas produto de situações cotidianas, mas também de determinações históricas e de posição social, que influenciam as percepções dos grupos sobre si mesmos em diferentes situações.

Considerando essa linha de raciocínio, Martín-Barbero (2009) compreende as representações sociais como “múltiplos modos comprometidos” de ver, escutar ou ler uma dada historicidade. Por configurar um fenômeno que exemplifica e retrata as metamorfoses sociais, a transexualidade funciona como pretexto para o entendimento das representações ao desvirtuar e romper os protocolos históricos para suscitar novas redes de significação no enfrentamento das existentes. A incerteza em torno das representações da sexualidade e de suas questões faz Ceccarelli (2010) afirmar que, na verdade, o “sentido do sexo é errante, vivendo em busca de determinações provisórias: nada determina nada; qualquer ordem simbólica social, embora necessária, é pura indeterminação” (CECCARELLI, 2010, p. 272).

Apesar disso, as redes de significação da sociedade insistem em nomear grupos e relações, criando uma dinâmica de padronização normativa que afeta os indivíduos trans. O desconhecimento de quem são esses sujeitos marginaliza suas diferenças produzindo invisibilidades, valorações negativas, intolerâncias e violências simbólicas. Segundo Martín-Barbero (2009) o trânsito das simbologias culturais gera mediações de

significados e estas, por sua vez, originam as hierarquias estereotipadas da exclusão social alimentando as hegemonias culturais.

Maffesoli (2005), no entanto, realça a proatividade necessária aos grupos excluídos, lembrando que a valorização das minorias depende da ruptura dos antagonismos e estereótipos. Logo, falar dos marginalizados, como as minorias sexuais, significa recuperar suas falas e desconstruir estigmas. Um olhar sobre a diversidade sexual exige, então, pensar o micro e o outro para visibilizar as diferenças que os constituem e subverter uma história cultural de preconceitos.

Na ótica de Bourdieu (2009), a transexualidade situa a identidade de gênero como categoria de transposição das polaridades sociais normativas e dos significados biológicos de masculino e/ou feminino. Os gêneros, enquanto “*habitus* sexuais”, são construções “naturalizadas” na sociedade. A naturalização permite que a diferença biológica entre os sexos, e especificamente a diferença “anatômica” entre os órgãos sexuais, desconsidere as particularidades dos sujeitos e a multiplicidade de seus matizes psicológicos. O cenário da diversidade é criado quando os indivíduos que não se enquadram às normas heterossexuais rompem a *doxa* e ampliam o espaço dos possíveis em matéria de sexualidade humana.

Todavia, Ceccarelli (2010) salienta que os termos homo ou transfobia não se referem, exclusivamente, ao âmbito da sexualidade. Os prefixos homo ou trans desafiam uma sexualidade compulsória, naturalizada, na qual o sexo biológico e suas analogias sexuais a machos e fêmeas determinam comportamentos preconcebidos. Dessa forma, a heteronormatividade também naturaliza as aversões que negam os padrões socioculturais legitimados.

Vale destacar que no repertório cultural e discursivo da sociedade, “a presença ou a ausência do órgão sexual masculino ou feminino não constitui garantia de que os sujeitos se coloquem do lado de homens ou das mulheres” (CECCARELLI, 2010, p. 274). A construção da identidade de gênero depende de um reconhecimento de si que se desloca das condições anatomobiológicas dos sujeitos ou das representações sociais.

Portanto, a transexualidade aponta o desejo de (re) constituição do eu de acordo com as pulsões internas dos indivíduos, numa condição de fluidez inerente à noção de identidade (HALL, 2004).

Contudo, a perspectiva fluida da identidade sexual não é novidade; nova é a sua reverberação. O sentimento de pertencer a outro sexo presente no transexual é tão antigo quanto a própria sexualidade humana. Relatos mitológicos, fontes literárias e antropológicas sempre registraram personagens que se viam como sujeitos do outro sexo. O que é recente, na verdade, é a possibilidade de se mudar fisicamente graças às técnicas cirúrgicas avançadas e à hormonoterapia<sup>3</sup> (CECCARELLI, 2010).

Na hierarquização de modelos de sexualidade, as normas sociais reiteram a heterossexualidade como uma postura “desejável”, o que suscita visões negativas sobre os sujeitos trans. Aqueles que desviam dos padrões homogêneos, como assinala Louro (2013), “serão constituídos como ‘abjetos’- aqueles que escapam da norma” (LOURO, 2013, p. 46), e ‘estigmatizados’ porque não se adequam aos padrões. Entretanto, a autora assinala que o não lugar da sexualidade se articula também a outros marcadores sociais da diferença – classe, gênero, geração, raça-cor-etnia, determinando as variações dos estigmas e os graus da exclusão.

A discussão da transexualidade passa pelo conhecimento da teoria *queer*<sup>4</sup>, conjunto de pressupostos que pensam as assimetrias nas relações supostamente estáveis entre sexo cromossômico, gênero e desejo sexual, a fim de mostrar os modos pelos quais o conceito de gênero depende da formação sociocultural, questionando a visão patologizadora das identidades minoritárias e dos estereótipos binários. Nessa esfera, Bento (2008) sublinha o protagonismo da filósofa Judith Butler, que apontou o caráter discursivo da sexualidade, incorporando nas suas pesquisas a observação de *gays*, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros, drag queens<sup>5</sup>, drag kings<sup>6</sup>, crossdressers<sup>7</sup> e

---

<sup>3</sup> A terapia hormonal ou endocrinoterapia baseia-se no princípio de administração ou subtração de hormônios para fins de masculinização ou feminilização.

<sup>4</sup> Em português pode significar o que é ridículo, exótico ou excêntrico.

<sup>5</sup> Homens que se vestem como mulheres.

<sup>6</sup> Mulheres que se vestem e incorporam personagens do sexo oposto.

transformistas. Esses indivíduos são erroneamente designados pela literatura médica “como sujeitos transtornados, enfermos, psicóticos, desviados, perversos, mas que constituem suas identidades mediante os mesmos processos que os considerados ‘normais’” (BENTO, 2008, p. 6).

Butler (2003) traz para o debate da sexualidade o relevante conceito de identidade variável. Ou seja, argumenta que as identidades sexuais são constituídas na pluralidade de sentimentos e vivências, a partir do modo como as pessoas se relacionam sexualmente com seus parceiros: relações essas que nunca estão acabadas, mas sujeitas a muitas variáveis, uma vez que as pessoas podem ser homossexuais, bissexuais, pansexuais ou heterossexuais ao longo da vida. Portanto, a teoria *queer* critica padrões normativos tanto de gênero como de sexo no intuito de valorizar os sujeitos pela liberdade de ser quem desejam ser. Por essa perspectiva, as identidades de gênero configuram a diversidade sexual e estão relacionadas entre si, embora não tenham os mesmos significados para quem as vive.

### **A mídia e o universo trans: questões de gênero e afins**

Especialmente no campo da comunicação, Lopes (2004) aponta ridicularizações e estereótipos produzidos pela mídia em torno das sexualidades, num “papel reafirmador ou crítico dos clichês das representações de gênero e de orientação sexual” (LOPES, 2004, p. 3).

Nesse âmbito, o autor julga oportuna a criação de uma política identitária de confronto e marcação das diferenças, contra a repetição das imagens negativas em favor das positivas. Isso significa articular a diversidade de gênero e orientação sexual com as questões de classe, nacionalidade, condição periférica ou metropolitana, etnias, para evitar simplificações identitárias. A identidade, nesse prisma, não seria uma classificação de pessoas ou posturas, mas “experiências” sempre mediadas pelos

---

<sup>7</sup> Indivíduos que usam roupas e objetos diferentes dos comuns ao seu sexo anatômico, como joias, perucas, saltos, entre outros, porém sem conotação sexual.

discursos sociais, requisitando, portanto, a diversidade de narrativas em múltiplas plataformas de informação.

As relações da mídia com as sexualidades também são objetos das pesquisas de Leal e Carvalho (2009). Os autores pontuam que, no Brasil, as problematizações do tema são “enviesadas”. Segundo eles, não existem coberturas aprofundadas sobre os indivíduos trans capazes de romper o silenciamento e a invisibilidade do segmento. As ações afirmativas das minorias sexuais são reverberadas de modo lacônico ou superficial.

A proximidade da imprensa com o enfoque da sexualidade tem sido verificada na divulgação dos casos de homofobia e das Paradas *Gays*. Todavia, na ótica de Leal e Carvalho (2009), essa postura perpetua a reprodução de estereótipos heteronormativos, uma vez que as coberturas sofrem desvios de editorias que seguem a égide da heteronormatividade. No caso da TV, os autores lembram algumas reportagens nos programas *Profissão Repórter* e *Globo Repórter*, mas, nelas, a identidade de gênero das vítimas aparece vinculada ao termo “transsexual” acompanhado de acepções masculinas.

No campo da teleficção, a novela da Globo *A força do querer*, escrita por Glória Perez, notabilizou os transgêneros e os dilemas de uma identidade em transformação despertando maior interesse pelo assunto. A partir de Ivana (Carol Duarte), do personagem Nonato (Silvero Pereira), artista transformista, e da escalação do elenco do folhetim, que incluiu uma atriz trans Maria Clara Spinelli (a secretária Mira), a dramaturgia, apesar da versão romanceada própria do formato, direcionou os holofotes para essas questões. Entretanto, a caricatura e o sarcasmo em torno de personagens trans ou homossexuais permeiam produções humorísticas reforçando estereótipos que reproduzem e/ou alimentam preconceitos.

Ao longo das décadas, a transexualidade também emergiu no cinema. Porém, Saleiro (2013) observa que os enfoques dos filmes eram associados a personagens desequilibradas, perigosas e até mesmo assassinas, como ocorreu nas produções *Psicose* (1960), de Alfred Hitchcock, e *Vestida para matar* (1980), de Brian de Palma. De

acordo com a autora, a visibilidade negativa amplia a desconfiança em torno das pessoas trans, subvertendo a realidade social, pois o segmento, ao contrário de “algoz”, é vítima de exclusão, e portanto, mais vulnerável à discriminação e à violência.

Nos sucessos cinematográficos de crítica, como em *Boys don't cry* (1999), de Kimberly Peirce, baseado na história verdadeira de Brandon Teena, ou na ficção científica *Transamerica* (2005), de Duncan Tucker, há uma sutil mudança nesse perfil, mas não suficiente para traduzir o drama dos personagens. Em *A garota dinamarquesa* (2016), de Tom Hopper, adaptação do livro homônimo de David Ebershoff, conhecemos a história do pintor Einar Wegener, posteriormente Lili, uma mulher transexual na década de 1910, submetida à cirurgia de conversão sexual, que era de alto risco na época. Protagonizado por Eddie Redmayne, o filme contribuiu para o debate traduzindo com significativo grau de representação as dores e os sofrimentos do processo de (re) construção identitária.

Em linhas gerais, as “histórias” da ficção ainda se baseiam no binarismo biológico/natural em matéria de sexo ao invés de discutirem a apropriação ideológica da sociedade na manutenção dos marcadores e enquadramentos sobre a sexualidade. Precisamos, pois, de histórias reais.

Como evidencia Lopes (2004), faz-se urgente o resgate das narrativas de testemunho, das autobiografias, dos diários, não só como alternativas de participação do outro nas pesquisas e nas reportagens. Mas, sobretudo, para realizar uma politização da experiência privada dos sujeitos excluídos da sociedade e das formas tradicionais do conhecimento científico. Para o autor, as vozes e as escrituras não são atos narcisistas, mas espaços de contextualização do lugar de fala dos diferentes para torná-lo mais concreto.

Nessa perspectiva, as palavras do outro solicitam a sensibilidade da escuta. Que sejamos, então, capazes de sentir o que nos dizem as vozes trans.

### **Quem sou eu? Subjetividades sobre “ser menino ou menina”**

Narrativas são mais que recursos metodológicos de escuta porque oportunizam a interação com o campo estudado, a fim de romper os seus silenciamentos. Apresentam, de acordo com Medina (2003), relações inacabadas, porque abertas às incertezas das nossas interpretações. Na dinâmica relacional, nem a fala, nem a escuta, são definitivas, mas percursos de descobertas contínuas nos encontros com diferentes sujeitos, que tecem e reescrevem suas histórias de vida “numa busca de informações enraizadas nos valores humanos para criar a arte do diálogo” (MEDINA, 2003, p. 33).

Num pensamento similar, Alves (2008) lembra que as narrativas “dizem muito” sobre as singularidades cotidianas dos sujeitos. Daí a necessidade de ouvi-los para traduzir seus pensamentos. A apreensão dos ditos e a observação dos seus esquemas interpretativos não significam somente ações de “transcrever a fala num lugar de fala”, mas um empenho ético para apontar os interditos “na proposta de sentir o mundo do outro, e não apenas olhar para ele”, num mergulho que exige “curiosidade, atenção e cuidado para se permitir ser tocado pelas histórias, conversas, emoções, silêncios, gestos que, de alguma forma, dizem o não dito e expressam uma realidade” (ALVES, 2008, p. 18).

Isso posto, registramos que nossos pesquisados integram um projeto de inclusão social de uma clínica particular de Psicologia do município de Campina Grande, Paraíba. Cerca de quinze pacientes, homossexuais e transexuais participam de terapias transpessoais e em grupos. O objetivo do apoio psicológico é facilitar a aceitação e o entendimento das novas subjetividades, uma vez que alguns/algumas não sabem lidar com as desconstruções das identidades anteriores em meio às tensões e dilemas do processo de se reinventar.

Soubemos da existência da clínica durante conversas informais no trabalho de campo nas Igrejas Inclusivas (pesquisa já mencionada). Localizamos dez participantes e dois psicólogos, mas somente oito pacientes conversaram conosco. Tentamos efetivar uma observação das terapias, mas esse procedimento foi desaconselhado pelos

profissionais, porque poderia inibir os depoimentos proferidos nas sessões. Recorremos, então, às entrevistas em profundidade, sem roteiro delimitado, optando por dirigir questões sugeridas pelas falas, mobilizando a sensibilidade da escuta nos cotidianos (ALVES, 2008). Por isso, não determinamos tempo para os diálogos, a fim de compreender os ritmos de raciocínio, as lembranças, as interrupções, as hesitações e, sobretudo, as emoções dos nossos interlocutores.

Nenhum dos/das entrevistados/das permitiu fotos, mas o termo de consentimento foi assinado, no qual havia a opção da troca de nomes e a solicitação de imagens como determinam os critérios éticos das pesquisas científicas. Os encontros ocorreram em julho de 2017, de acordo com as condições postas. Para este texto, duas narrativas foram selecionadas, a fim notabilizar os estigmas enfrentados pelos/pelas transexuais. Como os limites de um artigo não permitem explorar e aprofundar nuances teóricas, a análise foi suprimida, mas as descrições buscam conservar e reproduzir as sensibilidades dos personagens preservando as marcas de oralidade dos relatos. Nesse sentido, expressões, incorreções ou gírias são respeitadas sem qualquer edição.

Iniciamos a análise recorrendo ao pensamento de Goffman (1988), que conceitua os estigmas como um conjunto de atributos inscritos na identidade de um indivíduo. Em situação de interação coletiva, tais atributos podem desacreditá-lo/depreciá-lo, tornando-o “menor” socialmente. Entre as minorias sexuais, o preconceito alimenta as diferenças entre os indivíduos discriminados e os outros grupos, que correspondem aos padrões sociais esperados “surgindo, da parte dos excluídos, sentimentos de temor, vergonha, humilhação, impureza e contaminação” (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Os indivíduos trans constituem exemplos paradigmáticos dos sofrimentos acionados pelos estigmas. A trajetória de Mariza<sup>8</sup>, uma enfermeira loira de 35 anos, trans mulher, confirma essa perspectiva. Demonstrando uma postura de simpatia, ela

---

<sup>8</sup> Nome trocado a pedido da entrevistada.

conversou conosco enquanto esperava uma sessão de terapia individual. Apresentamos aqui uma parte do diálogo acrescida de um resumo da sua história.

Perguntamos seu nome de nascimento, mas não nos contou “nem sob tortura”, porque era muito feio (dá uma gargalhada). Sabe que foi uma homenagem ao seu avô por ser a primeira neta da família. Em seguida, menciona que se reconhece no corpo de menina desde a primeira infância. Sempre que sua mãe a vestia para os passeios de domingo, quando tinha cinco anos, chorava muito porque não gostava daquelas roupas: “Eram camisas de linho com mangas compridas e calças compridas, sabe? Arranhava a pele e coçava, além de fazer muito calor: uma aflição!”.

Mariza descreve brevemente seu processo de escolarização:

“Quando cheguei na escola, que era perto de casa, tinha mais meninas do que meninos. Na alfabetização tinha 6 meninos e o resto, menina: umas 10. Eu não brincava com os meninos, só com as meninas. Elas eram boazinhas comigo e deixavam eu brincar com as bonecas delas. Uma vez coloquei uma na minha mochila. (...) Era uma boneca Suzy, porque na época não tinha Barbie (...) Aquela boneca foi meu primeiro objeto de menina”.

Aos 8 anos começou a usar, escondida, a maquiagem da mãe, principalmente os batons, e conta, sorrindo, que seu maior sonho era usar sutiã:

“Um dia meu pai chegou do banco (ele era gerente) e me pegou de sombra verde, batom vermelho e uns brincos de pérola de pressão, porque minha mãe não tinha orelha furada! E ainda com um sutiã cheio de algodão! Aí você imagina o que aconteceu, né? (Ela sorri!) Levei uma surra histórica!”.

“E as meninas, lhe olhavam de modo diferente?” Perguntamos. Mariza responde que não:

“Agora sei que não havia preconceito da parte delas. Eram meninas puras, inocentes. Mas os meninos eram maus, davam beliscão em mim e saíam correndo: me xingavam de ‘bichona’, ‘cabelo espetado’, ‘macarrão veado’. Eu nem sabia o que era *bullying* e já era vítima na escola!”.

Ainda recorda:

Aos 18 anos tive a certeza que queria ser enfermeira pra cuidar dos outros, sabe? Gosto muito de idosos! E sabia que era mulher mesmo; nunca fui homem, nem quando meu cabelo era ‘Joãozinho’. Minha voz sempre foi assim, fina, sabe? O universo conspirou (dá uma gargalhada)! Mas meu pai, quando bebia, dizia pros amigos que tinha um filho gay, “biba”, debochando de mim, mas depois chorava e dizia que devia ser assim comigo porque “eu era sozinho, filho único”. Nunca entendeu que eu não era gay. Já morreu, coitado. O alcoolismo foi o fim dele!

Nesse momento, ela se emociona: ”Mas eu não queria isso, que ele morresse sem me entender, sem falar comigo. Mas sabe o que ele fez pra se livrar de mim? Me mandou pra casa da minha tia no Rio de Janeiro, sem saber que tava era me fazendo o bem”.

Mariza conta sobre sua formação acadêmica:

Fui fazer enfermagem. Dividi apartamento com umas colegas porque minha tia também passou a me discriminar, ter vergonha do meu “rebolado”. No prédio eu conheci um médico muito bacana que não me tratava mal por eu ser “afetada”, sabe? Ele trabalhava no hospital. Aí eu fui ser instrumentadora dele nas cirurgias, no estágio de final de curso. Ele me disse que tinha um sobrinho igual a mim; que nunca tinha se visto como homem e que tinha feito uma cirurgia para extirpar os genitais. Aí eu pensei: “foi Deus que botou esse homem no meu caminho, que também me orientou como entrar na justiça pra ter direito ao nome social”. Então você já deve adivinhar o resto da história: fiz a cirurgia dois anos depois e no mesmo período implantei silicone no quadril e nas mamas; consegui tudo pelo SUS, e ele me ajudou financeiramente, porque eu nasci linda, mas não rica, né (aplaude e dá outra gargalhada)? Olha como ficou bonito (toca nos seios, orgulhosa do resultado. Mostra também o aplique do cabelo para ampliar a extensão dos fios loiros)!

Cinco anos depois da cirurgia, Mariza voltou à Paraíba, após a morte da mãe, para resolver questões jurídicas de inventário e pensão. Diz que a cidade ficou “em choque” (numa expressão sua) com a nova aparência! Herdou a casa da família, porém preferiu vender o imóvel por não gostar da cidade natal. Comprou um apartamento em Campina Grande e trabalha numa clínica especializada na terceira idade. Em suas palavras:

Gosto muito das velhinhas! Até pinto as unhas delas e isso é uma distração pra mim! Elas nem imaginam o que eu sofri. Acham que minha aparência foi sempre “trabalhada na cor” (sorri)... A terapia tá ajudando a me conhecer melhor, sabe? Apesar do riso frouxo, tenho uma tendência muito grande à depressão, só meu coração sabe... É muita tristeza por causa das hipocrisias, dos julgamentos das pessoas. Para muitas a gente nem existe (os olhos enchem de lágrimas)!

Espontaneamente, comenta as representações da mídia sobre os sujeitos trans:

Só notícia de obituário, menina! Que fulano de tal morreu ou apanhou de pedra na rua. Crimes de homofobia, sabe? A travesti fulana de tal foi violentada! E com os trans é ainda pior, menos matéria, nem sabem o que é isso, confundem tudo. Ou quando fazem matéria é pra rir da nossa cara, mostrar caricaturas. Na novela das nove tem um caso (numa referência à trama A força do Querer), mas mesmo assim não dá uma ideia do sofrimento.

Dizem que tem também uma série num canal pago<sup>9</sup> ... Eu ainda não assisti, então não sei! Triste demais não olharem pra gente!

Conforme explica Bhabha (2005), a identificação é um caminho para a construção da alteridade de gênero. A alteridade, por sua vez, sugere conjunção com uma igualdade política, emancipatória, que inclui não só o sexo, enquanto condição de existência individual na sociedade, mas que ratifica, sobretudo, as heterogeneidades em suas complexidades sociohistóricas e os “discursos do eu” para romper os silenciamentos (BHABHA, 2005).

Na dimensão social, as diferenças transformam o conceito de igualdade e acenam para a necessidade de uma nova política civilizatória. Segundo o autor supracitado, as tensões do âmbito coletivo se transmutam para a esfera individual, e vice versa, compondo as vivências complexas das interações cotidianas. Por isso, a alteridade envolve entrelugares, não lugares, entretempos, estranhamentos, intervalos e vidas duplas que colocam em perspectiva as possibilidades de deslocamento da identidade cultural (HALL, 2004). As diferenças, portanto, impulsionam a construção de alteridades ao mesmo tempo em que implicam sentimentos de desterritorialização rumo ao autoconhecimento que resulta nos processos de (re) construção identitária.

Nosso segundo interlocutor é Ricardo<sup>10</sup>, hoje com 35 anos, que, em seus termos, nasceu menina, “mas isso foi uma fatalidade do destino”. Seu nome de registro é Jéssica. Nasceu no sertão da Paraíba, no município de Pombal: “Uma terra cheia de preconceitos, onde a mentalidade das pessoas é estreita e mesquinha! Não tenho saudades de lá”!

Resume sua trajetória através da sociabilidade do mundo do trabalho. Narra que saiu do sertão com 20 anos para cursar Farmácia na capital, João Pessoa. Mas como tinha habilidades no ramo da informática, acabou desistindo para trabalhar em empresas de tecnologia:

---

<sup>9</sup> Referência à série do GNT *Liberdade de Gênero*, dirigida e produzida pelo cineasta João Jardim, que mostra histórias de pessoas que não se identificam com o gênero de nascimento. Homens-trans, mulheres-trans, indivíduos não binários abordam as questões da transexualidade numa sociedade heteronormativa.

<sup>10</sup> Nome fictício sugerido pelo entrevistado.

Todo trans homem se depara com muito preconceito. Quando fui fazer a entrevista nessa empresa me chamaram pelo nome “oficial”. Não respondi. Mas como eu tava com trajes masculinos pensaram que a candidata à vaga tinha faltado, e me chamaram. Expliquei que havia nascido mulher, mas que sempre me senti homem. Contei dos hormônios que comecei a tomar aos 18 anos, da mudança das roupas. Sempre gostei de falar! E aí o chefe perguntou: “E você, usa qual banheiro? Quer dizer, o vaso sanitário tem que ser de homem ou de mulher?”.

Ricardo sorri ao lembrar o episódio. Contou ainda que não tem nome social, mas deu entrada na justiça. Acredita que vai evitar constrangimentos, porque, no final da entrevista de emprego, o homem ainda disse:

“Olha, se der certo, eu contrato você, sim, porque sou uma pessoa aberta, sem preconceito com homossexual”!. Aí eu falei pra ele que não era gay. Que era trans. Aí ele quis saber: “Então você não tem vagina?” Eu falei: “Mas isso não faz diferença, porque me sinto homem”.

Continuando o interrogatório desconfortável, o superior insistiu:

“E não usa sutiã, não”? Aí eu expliquei que o uso da faixa vai apertando os músculos, atrofiando os órgãos femininos, então o tórax fica mais liso. Os pelos ajudam a aparência masculina. A voz vai mudando também. “E você namora?”. Aí eu fui ficando impaciente e disse que minha sexualidade não tinha a ver com a transição de gênero. E que era uma questão muito pessoal, não de trabalho! Aí ele se aborreceu e me mandou sair... Mas avisou que se eu tivesse sido aprovado na entrevista, alguém da empresa ligaria. 15 dias depois ligaram e fui trabalhar com eles.

Hoje, Ricardo declara que a convivência com a chefia e os colegas é tranquila e que sua vida é muito pacata: o máximo que acontece em termos de lazer é tomar umas cervejas no final de semana. Não é mais católico, porque, sob influência da família, foi conhecer uma igreja evangélica. Mas quando soube da sua história de vida, o pastor lhe pediu para não frequentar os cultos, “porque chamava a atenção das pessoas”: “Eu fiquei decepcionado! Como é que uma pessoa que se diz caridosa trata as outras desse jeito? Então desisti de frequentar igreja”.

No que tange à mídia, Ricardo lembra que vê alguns fatos isolados sobre pessoas trans nos telejornais:

Sai muita notícia de violência. Mas a mídia dá mais espaço para artistas, como tá acontecendo com a Pablo Vittar . Acho que na música tem mais notícias, sim! A novela da Globo falou disso, mas achei muito fantasiosa, principalmente a gravidez do Ivan... Devia sair mais nos jornais, na TV, ter mais informação sobre a gente! (...) Pois a gente é normal! Mas o que é ser “normal”? Viver num corpo que a gente rejeita? Viver fingindo?

“Mas você está feliz?” Questionamos, e ele também nos interpela: “Se você não soubesse que um dia eu fui menina, pensaria que sou um homem? Mesmo com essa voz estranha?”, insiste. “Claro que sim. Você tem aparência masculina!”, respondemos. “Pois é, ‘aparência’ (ênfatisa a palavra). (...) mas as aparências sempre enganam! Tem muito preconceito na mídia e isso chega nas pessoas. Seria mais fácil se eu fosse gay”!

Ricardo finaliza e então se afasta, alegando que vai buscar um café, mas, na verdade, segue para o estacionamento como se pretendesse, literalmente, deixar para trás um passado de dor e rejeição.

Não foram identificadas nesses relatos formas de manipulação do estigma social que, como sugere Goffman (1988), denunciam duas estratégias: o encobrimento (esconder o estigma) e o acobertamento (tentativa de diminuir a tensão que o estigma traz às interações, por parte do estigmatizado. Disfarçar, de algum modo, o que é visto como defeito aos olhos dos outros). Ao contrário, Mariza e Ricardo não negam sua transexualidade e se mostram satisfeitos com o estágio atual vivido, embora admitam o sofrimento que envolve a autoafirmação por gerar uma “oposição da ordem social” (BOURDIEU, 2009).

### **Considerações Finais**

As identidades de gênero e as diferenças sexuais possuem definições provisórias abertas à negociação social. Portanto, só podem ser pensadas cultural e historicamente. Desse modo, ser menino ou menina diz respeito ao sexo de atribuição, e não à biologia genital. Assim, a transexualidade revela o caráter incerto dos sentidos de masculinidade ou feminilidade nas escolhas de si. É uma possibilidade de transformação, uma afirmação de liberdade para indivíduos aprisionados em corpos errados, que podem forjar uma versão exterior dos seres que suas almas já conhecem.

Por isso, as narrativas apresentam singularidades conflituosas. A verossimilhança das falas se conecta aos desafios cotidianos de quem contradiz a

heteronormatividade de gênero num processo de transição que soa “previsível” para quem não o viveu, mas muito doloroso para quem o experimenta.

Numa contemporaneidade marcada por intolerâncias que aniquilam os diferentes, alguns defendem muros para a segregação humana. Pensemos, ao contrário, em pontes que facultem às pessoas trans o direito de ir e vir com suas diferenças, exercendo igualmente suas cidadanias num mundo menos hostil, mais empático e respeitoso.

As histórias reais de Mariza e Ricardo nos impactam, porque mostram que viver juntos em sociedade não é uma questão de anatomia. Não compõem enredos de ficção; são representações de muitas outras histórias que não conhecemos. Inspiram uma agenda midiática que trate dos hibridismos das sexualidades para além da violência que os afeta.

Que possamos, então, falar sobre pessoas. E que eles e elas se pronunciem para corresponder às demandas do tema; que se vejam e sejam vistos/as. E que as pesquisas, para além dos enquadramentos das áreas acadêmicas, possam se interessar, com humanidade, pelas falas da diversidade sexual; analisar quem são seus sujeitos, a partir dos ditos e interditos, como protagonistas de suas escolhas e destinos, como artífices de suas alteridades.

### **Referências**

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (Orgs). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, Carmen; PEDRO, Joana Maria; FÁVERO, Silvia Maria (Orgs). **Diversidades**: dimensões de gênero e sexualidade. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? **E-compós**. v 12, n.2, Brasília, maio/ago, 2009.
- LOPES, Denílson. **Desafios dos estudos gays, lésbicos e transgêneros**. Revista Comunicação, Mídia e Consumo, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 63-73, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Uma aventura epistemológica. Entrevista concedida à Maria Immacolata Vassalo de Lopes. **Matrizes**, v. 2, n. 2, 2009.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SALEIRO, Sandra Palma. **Trans Gêneros**: uma abordagem sociológica da diversidade de gênero. Tese. Doutorado em Sociologia. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, 2013.

SILVA, Tadeu Tomaz da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tadeu Tomaz da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.